PROTOCOLO COMUNITÁRIO AUTÔNOMO KA’APOR

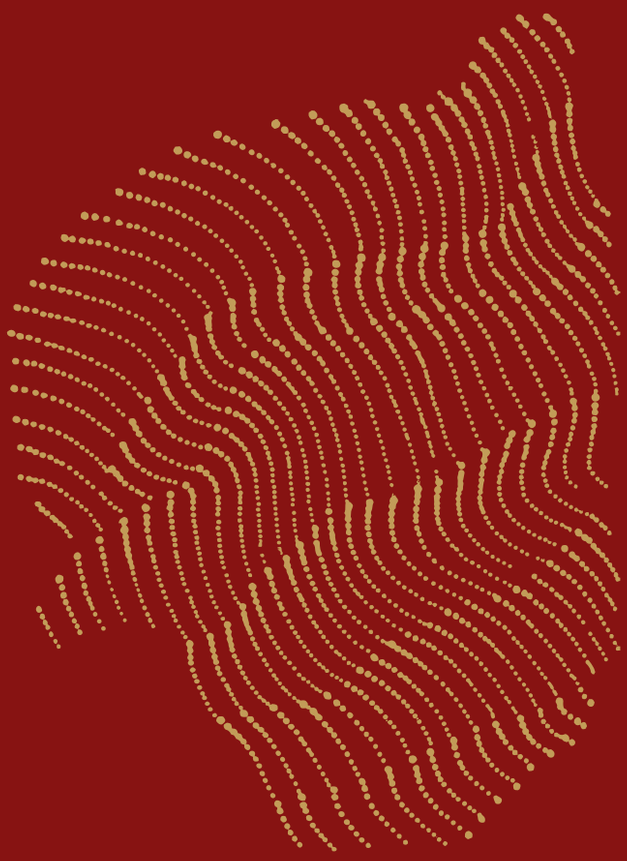


Katu mujã ha, katu in mujã ha ka’apor te ta pe

O que é permitido e o que é proibido fazer na sociedade Ka’apor

Terra Indígena (TI) Alto Turiaçu

Produzido pelo **TUXA TA PAME**
2026



FICHA TÉCNICA

Organização de texto: Conselho Gestor do Jumu'eha renda keruhu - Centro de Formação Saberes Ka'apor
Revisão jurídica e textual: Diogo Cabral e Antônio Pedrosa
Diagramação: Ingrid Barros
Fotografias: *Acervo Ka'apor, Rogério Albuquerque, Ingrid Barros.*

Tuxa pandu ame’e ke muhupi.
Jywyr yn pandu haker koty
Tuxa fala e cumpre. Não volta pra trás.



Jabuti viu aihu caindo de cima pra baixo pra dar sorte. Jabuti perguntou pra preguiça: por que tu estás caindo de cima pra baixo? A preguiça respondeu: estou fazendo isso porque meu filho nasceu. Jabuti respondeu: - meu filho nasceu tambem!
Eu vou fazer igual tu esta fazendo, te jogando de cima pra baixo. A preguiça disse, sim! Pode fazer! Ela sabia que ele ia fazer, mas não é bom pra ele. Só que o jabuti ansioso e animado, foi fazer. Quando estava caindo, rachou e se espedaçou no chão. Porque a preguiça deixou e não alertou do perigo que era se jogar de cima pra baixo. Ficou todo quebrado o casco dele.

I. Nixoi mukãi ha, jete ha te ke pandu aja te'e ta. Tuxa mukani in ma'e ke

Não tem como esconder, sempre falar a verdade. Tuxa não esconde as coisas...

Ae estava de resguardo porque matou Ka'apor.
Os outros foram caçar porque tem que fazer ritual.
Tuxa decidiu que eles tinham que caçar.
Tuxa prepara mais Ae para matar Ka'apor.
Antes só tinha pajé, não tinha Tuxa.
Quando o Ka'apor subiu, copiou o jeito do Tuxa
e contou para o pajé como Tuxa fazia
Ae é a segunda pessoa do Tuxa.
Tuxa sabe, Tuxa faz, Tuxa decide.

Elaboramos este protocolo seguindo as orientações da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), visando garantir o direito à Consulta Prévia, Livre e Informada (CPLI) do Território Ka'apor, localizado na Terra Indígena Alto Turiaçu, Estado do Maranhão, organizado pelo Tuxa Ta Pame.

A Consulta Prévia, Livre e Informada (CPLI) é prevista expressamente na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que foi incorporada ao direito brasileiro originalmente pelo Decreto nº 5.051/2004 e atualmente consolidada pelo Decreto nº 10.088/2019. A Convenção 169 reforça os termos da Constituição Federal de 1988, na medida em que defende o respeito e a valorização da diversidade étnica e cultural dos povos originários e comunidades tradicionais.

Nosso protocolo é sustentado por nosso **JUPIHU KATU HA** que chamamos **Acordo de Convivência Ka'apor**, que expressa nossos valores, princípios, regras, pensamento próprio e práticas como orientou nossos ancestrais, de geração em geração, num movimento vivo e contínuo.

O *Jupihu Katu ha* nos orienta a seguir defendendo nossa cultura, nosso território e nosso modo de viver. Foi a partir dele que construímos nosso protocolo, que a partir de agora precisa ser divulgado e respeitado pelo awa'i.



II. Mija jande ywy mangaha

Como é nosso território?

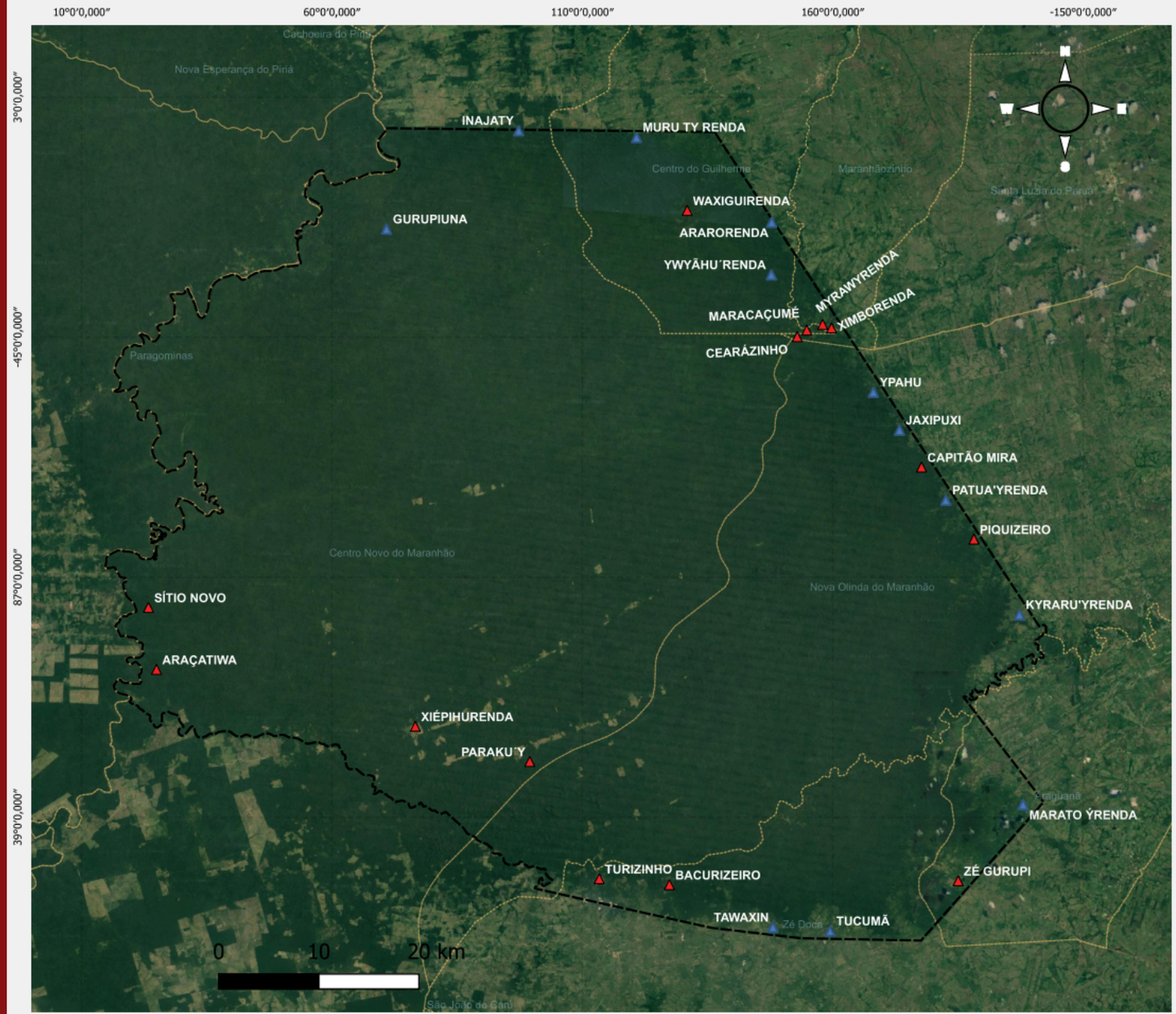
A **Terra Indígena (TI) Alto Turiaçu** está localizada na parte chamada de Amazônia Legal, a noroeste do Estado do Maranhão (MA), e junto à Reserva Biológica (Rebio) Gurupi e à Terra Indígena Awa.

Ela compõe uma grande área contígua de floresta do estado do Maranhão e do Pará, pois, está vizinha também da Terra Indígena Alto Rio Guamá. Com 531 mil hectares, a Terra Indígena (TI) Alto Turiaçu é a maior do Maranhão e foi homologada pelo Decreto nº 88.002, de 28 de dezembro de 1982 (publicado no D.O.U. de 29 de dezembro de 1982).

Nossas terras fazem limite, ao norte, com o rio Gurupi, ao sul, com os afluentes meridionais do rio Turiaçu; a oeste com o Igarapé do Milho e a leste, com uma linha no sentido noroeste-sudeste quase paralela à rodovia BR-316. Todos os córregos e rios drenam para três grandes rios: *Maracaçumé*, *Turiaçu* e *Gurupi*, que, por sua vez, deságuam diretamente no oceano Atlântico.

Ações do Estado brasileiro, como a abertura da BR-316, que atravessou o nosso território Ka'apor, o Programa Grande Carajás e a construção e posterior duplicação da Estrada de Ferro Carajás induziram a uma corrida por terras, madeira e minerais no noroeste do Maranhão e em nosso território. Convivemos hoje com invasões de madeireiros, garimpeiros ilegais, pressão de mineradoras, de criadores de gado bovino e invasão de empresas de crédito de carbono na T.I Alto Turiaçu. Essa situação vem ocasionando prejuízos irreparáveis ao patrimônio cultural, aos meios de sobrevivência e organização social do nosso povo, inclusive resultando em ameaças de morte e assassinato de nossas lideranças.

Em 2014, o Tuxa ta Pame criou o **Jumu'e ha renda Keruhu *(Centro de Formação Saberes Ka'apor)*** um espaço, um lugar onde todos ensinam e aprendem ao mesmo tempo renovando, fortalecendo tudo que nossos avós e mestres da cultura Ka'apor deixaram. Nesse espaço nos capacitamos, nos formamos, preservando os nossos costumes e saberes ancestrais.



TERRITÓRIO INDÍGENA ALTO TURIAÇU

MAPA DE LOCALIZAÇÃO DE ALDEIAS E ÁREAS DE PROTEÇÃO

CONVENÇÕES

- ÁREA DE PROTEÇÃO
- ALDEIA
- TERRITÓRIO ALTO TURIAÇU
- LIMITES MUNICIPAIS

CENTRO DE FORMAÇÃO E SABERES KA´APOR

TUXA TA PAME

SISTEMA GEODÉSICO DE REFERÊNCIA: SIRGAS 2000
PROJEÇÃO: UTM 23S



A partir da luta do nosso Tuxa ta Pame, foram estabelecidas **14 Ka’a mupy ta ha** - *Comunidades Ecologicas de Áreas de Proteção*, todas localizadas em areas ameaçadas, impactadas pelo avanço ilegal de madeireiros, grileiros de terras, criadores de gado bovino, mineradoras e empresas de crédito de carbono.

Em represália às ações do nosso Tuxa ta Pame, organizações criminosas têm reagido com grande violência, resultando em ataques às comunidades e assassinatos de 8 indígenas ao longo das últimas décadas e outros tantos ameaçados de morte.

Atualmente, o avanço da mineração, das práticas ilegais do garimpo e dos assédios de empresas de crédito de carbono se consolidam como uma forte ameaça e um desafio para o nosso povo, que luta para manter fora do seu território atividades que destroem nosso modo de ser Ka’apor.

O desejo por **autonomia** começou a nascer no nosso território devido à insatisfação com o tratamento de diferentes governos ao nosso povo. *Lutamos por nossa autonomia, por nosso autogoverno e para que direito à diferença do povo indígena seja respeitado.*



III. Tuxa pihu katu ha namõ ixo, ukwa katu mujekwahatĩ

Tuxa tem regra, tem orientações

Tuxa, significa *guerreiro ancestral*, o **Ta**, que somos um *coletivo de guerreiros* e **Pame**, que só o *coletivo em unidade dá sentido pra nossas decisões e luta*.
Os Tuxa trazem com eles uma força ancestral, são pessoas que tem relação, traz consigo uma força, uma referência de outras pessoas que lutaram, deram a vida pelo território, pela cultura, pelo ser Ka'apor. Por isso que a escolha dos Tuxa tem uma força espiritual, uma força, uma energia que tem que ser respeitada. Não é disputa, concorrência, mas exige respeito aos valores, boas praticas, saberes e fazeres ancestrais e tem que ser baseada em consenso interno.

Hoje, é necessario que os Tuxa tenham segurança, maturidade, saibam se colocar na sociedade envolvente sem perder sua identidade, sem deixar de ser Ka'apor; conhecer profundamente os saberes e fazeres ancestrais, ritualísticas, domínio sobre as linguagens culturais Ka'apor podendo ser a música, artefatos da cultura material, domínio e clareza da sociolinguística da segunda língua; referência consanguínea ou genealógica com pessoas que foram referência cultural ou morreram em combates pela permanencia em seus territórios e existência do povo Ka'apor.

O Tuxa Ta Pame é a forma de **organização política legítima** do *Povo Ka'apor* sob sua liderança. A Constituição Federal brasileira de 1988 estabelece em seu artigo 231 que "são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens".

O Tuxa Ta Pame é uma expressão da autogestão, autonomia e autodeterminação do nosso povo em face de inúmeros desafios, incluindo a pressão sobre nosso território e a desassistência de órgãos governamentais.

O nosso Jupihu katu ha - Acordo de Convivência foi celebrado entre os líderes das comunidades da T.I Alto Turiaçu com as quais trabalhamos. Nossas decisões são tomadas coletivamente dentro de um sistema descentralizado e participativo, embora tenhamos a representação do Tuxa ta pame.



IV. Jande pihu katu ha rupi jaxo, ukwa katu muwinha mujekwaha

A gente cumpre com nossas regras, orientações, decisões.

Nosso Janderuhã ha ka'a rehe – Nossa vida está na floresta ou a viver na floresta é vida que orienta nosso o Jupihu Katu ha – regras, orientações e decisões para um Bem Conviver na floresta.

Essas orientações estão fundamentadas na autonomia, nos direitos da natureza, saberes e fazeres próprio e uma Autodefesa territorial:

Autonomia: Queremos decidir nosso destino, por isso exigimos que o estado brasileiro e as empresas respeitem nossas decisões internas. Nós exigimos a soberania sobre nosso território e garantia de direitos específicos e políticas sociais respeitados para nosso povo.

Direitos da Natureza: Nosso direito de existir tem que ser compreendido, respeitado, reconhecido da mesma forma que o direito que os outros seres que vivem no território tem de continuar existindo. Eles dão sentido pra nossa existência. Eles atualizam as histórias e dão significado para nossa existência. Nós e Eles tem que ser considerado e respeitados em qualquer decisão sobre nossa vida no território.

Saberes & Fazeres Proprios: Uma forma de ensinar e aprender própria na e com a floresta; um modo de viver de acordo com a cultura Ka'apor, em nossos Centros de Cultura e Educação Comunitaria, Núcleos de Formação, Ciclos de Formação, Oca de Saberes, Arco de Saberes, Xipa Pedagogico Ka'apor em torno de nosso Jumu'eha renda Keruhũ – Centro de Formação Saberes Ka'apor.

Autodefesa Territorial: Protegendo nosso território, a floresta, estamos nos protegendo e garantindo nossa existência, as gerações que continuam para afirmar o Ser Ka'apor. Uma forma de evitar ameaças externas com suas diferentes forças e disfarces de um Capitalismo ou economia verde que desrespeitam e ameaçam nossos formas de ser e viver na floresta, ameaçam a autonomia do povo Ka'apor.



Essas orientações guiam nosso **Plano de Vida**, nosso plano de Governança que é constituído por **4 Frentes de Governança Ka'apor** criadas a partir das necessidades de nosso povo e para o povo: **Frente de *Educação Comunitária & Formação de Gestores Ka'apor; Frente de Cuidados com a Terra & Território; Frente de Cuidados com a Pessoa & saúde Coletiva; Frente de Gestão política & Justiça Comunitária.***

Essa nossa organização é para mostrar para o Estado que sabemos de onde viemos, sabemos para onde queremos ir, onde queremos chegar. Nosso plano de vida tem que ser respeitado, considerado em qualquer tipo de decisão ou interferência do Estado ou agentes externos. Entendemos que, organizados, vamos manter nossa existência no território e na floresta.

Por isso, que em nosso ***Jupihu katu ha,*** *Acordo de Convivência,* concordamos que temos que afirmar nossa cultura, defender a floresta, os mais experientes, mestres da cultura que transmitem nossos saberes e fazeres no decorrer de nossa história para as crianças; devemos evitar todo tipo de práticas nocivas que ameaçam nossa vida, integridade como bebidas do não indigena; não devemos aceitar quem nos divide e nem aceitar divisões; evitar conflitos e agressões entre membros de nossas famílias e comunidades; não aceitar nenhum tipo de negociação de bens culturais e demais seres que vivem na floresta que precisam viver como a gente na floresta.



V. Pandu ha mũi ha ke, pehe pe jamu jekwa ta

Queremos dizer para vocês como a gente decide

Elaboramos esse documento para mostrar que existimos e que não aceitamos qualquer empreendimento, medidas legislativas e administrativas em nosso território sem que sejamos previamente consultados. Isso é nosso direito, que está na convenção 169 da OIT.

Criamos este protocolo comunitário porque queremos ser consultados sempre que existirem empreendimentos, obras de infraestrutura (como hidrelétricas, rodovias, parques eólicos, parques solares, estradas, entre outros), projetos de crédito de carbono, políticas de compensações ambientais, políticas públicas, projetos de leis, pesquisas científicas que afetem nossos direitos ou impactem nosso território, seja de forma direta ou indireta.




AAG

VI. Mija jande jakwa ha jamui ha

Como a gente pensou em fazer para decidir sobre isso

Fizemos reuniões para discutir a consulta e nos preparar para fazer esse documento. Decidimos fazer cinco encontros ao longo dos últimos dois anos (2024 e 2025) para que todas e todos participassem e fizessem suas propostas. No final, nos reunimos entre os dias 29 e 30 de agosto de 2025 no Encontro Integrado de Governança Ka'apor, realizado na Comunidade Ecológica/Area de proteção Ararorenda com representantes de comunidades do Território Ka'apor presentes para aprovar o documento.

Nosso Protocolo Comunitário expressa a vontade do nosso povo, que assim deliberou dentro da sua própria forma de se reunir e debater os assuntos.

VII. Awa pome'ẽ hendu ta

Quem deve ser escutado, consultado

Devem ser consultados todos os habitantes, seres que vivem no território Ka'apor, na Terra Indígena Alto Turiaçu, por intermédio de assembleias, de visitas nas comunidades, encontros de escuta dos mais experientes, mestres da cultura. Encontros em que as pessoas possam ver, sentir, entender que, além dos Ka'apor, moram outros seres que dão sentido para vida no território, na floresta.

Tem que ser encontros realizados conforme determina nossos costumes, tradições, respeitem nosso tempo, lugares, nossa língua. Com a participação de nossos aliados que indicaremos, sob a coordenação do *Tuxa Ta Pame*.



VIII. Mija ta jandejandan ta rehe jahenduha mi

Como deve ser essa escuta, consulta

A consulta deve ser feita de forma **prévia, livre e informada**.
O ***TUXA TA PAME*** é a nossa organização representativa. Por isso, sempre que houver algum interesse sobre nosso território, o *TUXA TA PAME* deverá ser a primeira organização a ser avisada. Todas as despesas e gastos serão pagos pelo Estado ou demais organizações quando forem apresentar um projeto que impacte o nosso território.

Não aceitamos nenhuma forma de violência, intimidação, falta de transparência e má-fé durante o processo de Consulta, que deverá ser prévia, livre e informada. O processo de CPLI não pode ser privatizado ou delegado a empresas. A consulta deve ser organizada pelo Estado para ser válida. Não aceitamos consultas individuais, elas devem ser coletivas, através de reunião, assembleias e oficinas.

A consulta deve ser formal, de forma imparcial, completas e conduzidas de boa fé, através de um diálogo genuíno entre os governos e o nosso povo, com comunicação e compreensão, respeito mútuo, boa fé.

Todas as informações sobre o projeto ou a proposta devem ser compartilhadas com a comunidade de maneira transparente e acessível. Isso inclui informações sobre os possíveis impactos econômicos, sociais, culturais e ambientais, diretos ou indiretos, sobre a área do território e seus habitantes. A descoberta a qualquer tempo de eventuais vícios ou ausência de informações por parte do poder público ou de empresas, particulares etc, direta ou indiretamente envolvidos com o objeto submetido à CPLI, de maneira proposital ou não, **dará ensejo à anulação e abertura de novo processo de consulta.**

IX. Awa muwihar rehe usak ta

Quem é responsável pela consulta

O processo de CPLI será conduzido por lideranças do nosso território, legítimamente constituídas. Caberá ao TUXA TA PAME indicar quais lideranças deverão participar do processo organizativo.

X. Mija ta kaapor pe mujekwaha. Mija ta awa ma'e pandu my, mujekwa ta kaapor ta pe.

Como tem que ser a consulta aos Ka'apor

ETAPA I • COMUNICAÇÃO + PLANO DE CONSULTA

O governo, quando for apresentar um projeto que impacta o nosso território deverá comunicar imediatamente ao TUXA TA PAME sobre os planos e projetos.

O plano de consulta será baseado em nosso tempo e respeitará a nossa forma de organização, as nossas tradições, os calendários ecológicos e culturais dos povos e deve levar em consideração as distâncias e as dificuldades de logística e de comunicação.

Após, teremos o **prazo de noventa (90) dias úteis, contados a partir do recebimento da comunicação,** para dar uma resposta sobre o plano de consulta, pois precisamos de tempo suficiente para levar o assunto para todos os moradores do nosso território, de modo que nosso povo manifeste suas opiniões acerca do assunto de interesse, tendo consenso de ideias, sobre quando e como deverá ser feita a consulta.

Após a realização das assembleias internas, o TUXA TA PAME e nossos aliados marcarão com o governo reunião para traçar um plano de consulta, tendo em vista as particularidades de nosso território. Este documento abordará o plano, norteando todo o processo da consulta, devendo ser respeitado integralmente.


ENCONTRO DE GOVERNANÇA E
AUTODEFESA KA'APOR.
TUXA TA PAME
A MU KATU HA.

ETAPA II • REUNIÕES NAS COMUNIDADES

REUNIÃO INFORMATIVA

Queremos ser consultados todos juntos através de reuniões em nossas comunidades, quantas vezes forem necessárias, com linguagem clara de modo que todos entendam e compreendam sobre o projeto, lei ou qualquer assunto que possam nos impactar. Não queremos ouvir palavras técnicas, o governo deve falar a nossa língua e jamais poderá consultar famílias separadamente, sob pena de **nulidade da consulta.**

Os nossos parceiros deverão ser convidados para as reuniões e nós é que decidiremos quem deverá participar das reuniões. O governo deverá levar cópias de documentos (como cópia de projetos) referentes a qualquer assunto de nosso interesse.

Se necessário, um intérprete poderá ser solicitado e deverá ser assegurado pelo governo e deverá ser aprovada pelas comunidades a pessoa intérprete indicada.

REUNIÃO INTERNA

Nós nos reuniremos internamente em cada uma das comunidades para discutir nossas propostas, nossas ideias, mas sem a presença do governo. Depois, nós nos reuniremos em assembleia geral para que haja acordo das ideias feitas em reuniões nas comunidades. Precisamos de tempo para dar respostas, pois as nossas decisões são feitas após bastante conversas entre as comunidades e decididas em assembleia, a partir do consenso interno.

Jande jupihu katu hetaha tamuwihar rehe

A gente respeita a decisão da comunidade

Após ser realizado todo o processo de reuniões internas, comunicaremos ao governo para que possamos apresentar nossas decisões. Essas reuniões de negociação acontecerão em assembleia no nosso território. As reuniões e assembleias gerais são organizadas e coordenadas pelo TUXA TA PAME. **O processo de consulta deve respeitar nossas decisões.**


QUEM LUTOU PELA VIDA
SARAPÓ
VIVE
EM QUEM DEFENDE A FLORESTA

XII. Harõ ta , jande muwin har ke ngã

O que esperamos depois da nossa decisão

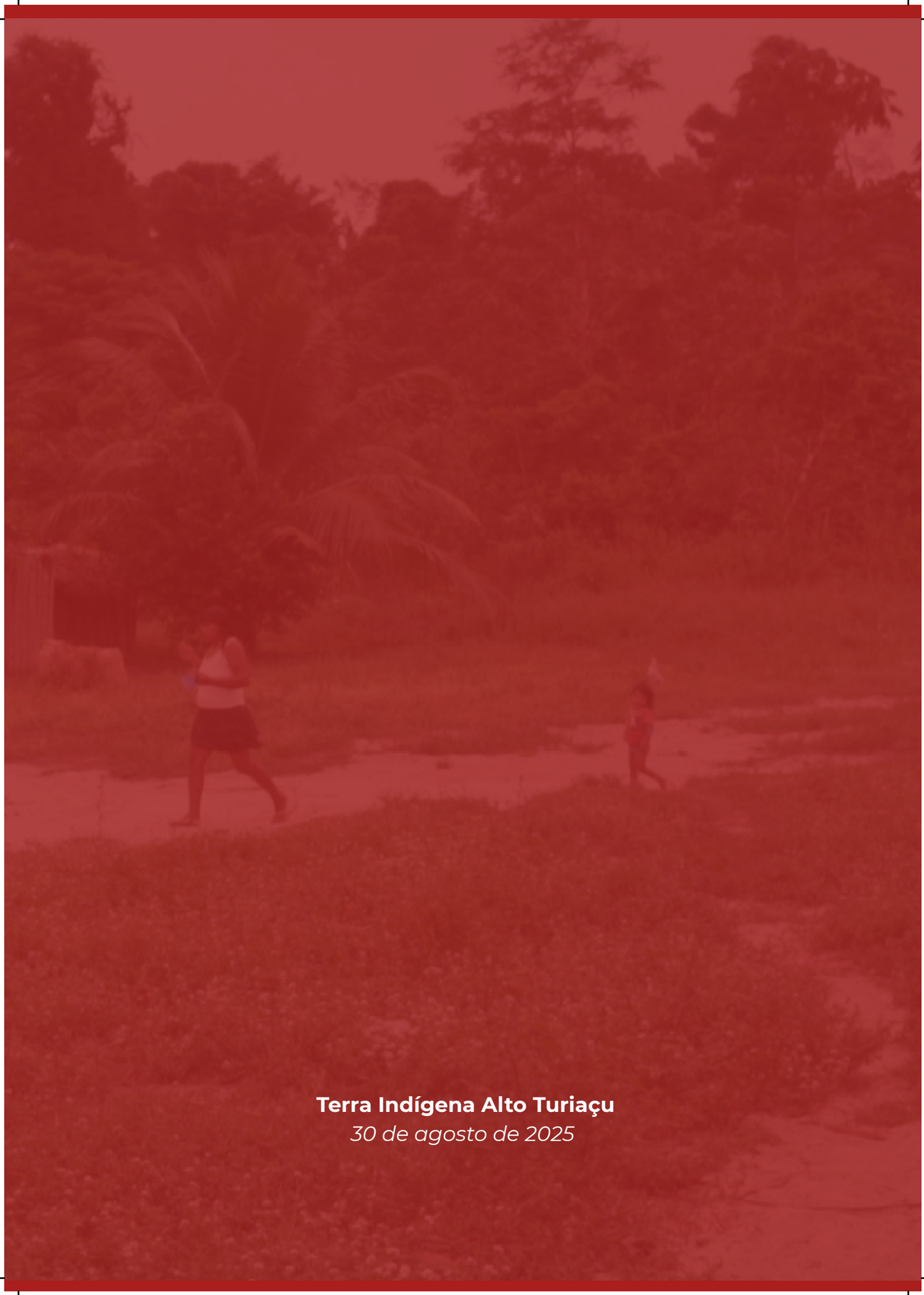
Esperamos que a consulta respeite as decisões, as legislações internas e outras legislações que assegurem os nossos direitos, a floresta, os locais sagrados, os cultos, os encantados, os modos de vidas, os trabalhos, entre outros. O protocolo é para que respeitem a autonomia de nosso povo nas tomadas de decisões, inclusive o poder de recusar (veto) medidas que afetem nosso território, especialmente nas hipóteses em que o direito internacional exige o consentimento, e não apenas a consulta.

XIII. Awa jande namõ hendu ta

Quem deve acompanhar nossa escuta

O processo de CPLI poderá ser acompanhado pelo **Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE/MA), Defensoria Pública da União (DPU), Conselho Nacional de Direitos Humanos** e **FUNAI** de maneira independente, a fim de garantir a legitimidade do processo e respeito aos direitos da comunidade.

Este documento poderá ser revisado, mediante deliberação do Tuxa Ta Pame em assembleia, e atualizado a qualquer momento quando se fizer necessário.



Terra Indígena Alto Turiaçu

30 de agosto de 2025





Salve a Floresta

eia environmental investigation agency

Grassroots International

AGROECOLOGY FUND

Fundo Babaçu

Tenure Facility

MIQCB
MOVIMENTO INTERESTADUAL DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU

RAMA
Rede de Agroecologia do Maranhão